

Passagens



Passagens. Revista Internacional de História
Política e Cultura Jurídica

E-ISSN: 1984-2503

historiadodireito@historia.uf.br

Universidade Federal Fluminense
Brasil

Vieira de Sousa, Jessie Jane

ACOMODAÇÕES RECÍPROCAS: A IGREJA CATÓLICA E O PODER TEMPORAL NA ARGENTINA
E NO BRASIL

Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, vol. 1, núm. 2, julio-diciembre,
2009, pp. 50-64

Universidade Federal Fluminense
Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=337327171005>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

**ACOMODAÇÕES RECÍPROCAS: A IGREJA CATÓLICA E O PODER TEMPORAL NA
ARGENTINA E NO BRASIL**
**RECIPROCAL ACCOMODATIONS: THE CATHOLIC CHURCH AND SECULAR POWER
IN ARGENTINA AND BRAZIL**

DOI: 10.5533/1984-2503-20091204

Jessie Jane Vieira de Sousa

RESUMO

Através de uma análise comparativa pretendo apontar diferenças e similitudes entre as acomodações possíveis realizadas pela Igreja Católica na sua relação com o Estado na Argentina e no Brasil a partir do final do século XIX. Com essa comparação busco compreender as diferentes narrativas construídas pela institucionalidade católica sobre as suas opções políticas e, sobretudo, seu relacionamento com as ditaduras militares implantadas no final do século XX. Questiono a natureza de tal relacionamento e o grau de legitimidade alcançado por essas narrativas após o final do ciclo ditatorial.

Palavras-chave: Igreja Católica, Estados Nacionais, ordem, disciplina social.

RESUMEN

A través de un análisis comparativo pretendo apuntar diferencias y similitudes entre las acomodaciones posibles realizadas por la Iglesia Católica en su relación con el Estado en Argentina y Brasil a partir del final del siglo XIX. Con esa comparación intento comprender las diferencias narrativas construidas por la institucionalidad católica sobre sus opciones políticas y, sobre todo, su relacionamiento con las dictaduras militares implantadas al final del siglo XX. Cuestiono la naturaleza de ese relacionamiento y el grado de legitimidad alcanzado por esas narrativas tras el final del ciclo dictatorial.

Palabras-clave: Iglesia Católica, Estados Nacionales, orden, disciplina social.

ABSTRACT

Through a comparative analysis I intend to indicate differences and similarities between the possible accommodations performed by the Catholic Church in its relation with the state in Argentina and in Brazil, since the end of the XIX century. With this comparison I aim to understand the different accounts built by the Catholic institution upon its political options and, above all, its relationship with the military dictatorships established at the end of the XX century. I question the nature of such relationship and the degree of legitimacy achieved by these accounts after the end of the dictatorship period.

Key words: Catholic Church, National States, order, social discipline.

RÉSUMÉ

Au moyen d'une analyse comparative, notre objectif est de mettre en évidence les différences et similitudes entre les compromis concédés par l'Église catholique dans ses relations avec les États argentin et brésilien à partir de la fin du XIX siècle. Grâce à cette comparaison, nous chercherons à comprendre les différents discours construits par l'institution catholique dans le cadre de ses options politiques et, surtout, de ses relations avec les dictatures militaires de la fin du vingtième siècle. Il s'agit de faire ressortir la nature de ces relations et le degré de légitimité atteint par ces discours après la fin du cycle dictatorial.

Mots-clés : Église catholique, États nationaux, ordre, discipline sociale.

O presente trabalho busca trazer alguns elementos que nos permitam refletir sobre as lógicas que orientaram as relações construídas entre a Igreja Católica e o Estado na Argentina e Brasil, tendo como ponto central da argumentação o fato de o catolicismo, como instituição, se inserir na organização política dos Estados Nacionais e, ao mesmo tempo, responder a um poder transnacional fazendo dessa relação algo muitíssimo complexo. A hipótese que defenderemos é a de que as diferenças essenciais entre o fazer histórico da Igreja no Brasil e na Argentina terminam por fortalecer suas semelhanças na medida em que estamos lidando com uma instituição que se move no tempo com sentido de permanência e tem como objetivos a ordem e disciplina social, além do monopólio do dissenso e do consenso nas questões relativas ao sagrado.

A interiorização dessa Igreja na América Latina tem uma historicidade que passa necessariamente pela relação com o poder político temporal que se inicia com o padroado, com o modelo de cristandade característico da Península Ibérica e que se reestrutura, após a proclamação das Repúblicas, com as diferentes acomodações institucionais ocorridas ao longo do século XIX e XX, estendendo-se até os dias atuais. Mas, como pretendemos demonstrar, os fundamentos doutrinários e as estratégias de acomodação se assemelham, ainda que apresentem traços de diferenciação, o que tem levado muitos historiadores a acreditar na existência de instituições totalmente diversas.

Essa historicidade pode ser exemplificada nas diferentes concordatas assinadas entre os poderes eclesiásticos exercidos pelo Papa e o poder civil exercido pelo poder real e, posteriormente, pelos Estados Nacionais. Tais concordatas expressaram as diversas configurações resultantes das relações estabelecidas entre esses dois poderes no contexto das múltiplas estruturas institucionais existentes em cada país. Para Roberto Romano essas relações geraram múltiplas acomodações que se tornaram duradouras e terminaram por definir as relações entre o campo católico e o campo político.¹ Tais relações se revelaram, sobretudo, nas premissas do regime de padroado e no modelo de cristandade cujos marcos principais passaremos a mencionar.

Como já dito, a presença da Igreja Católica na América Latina foi, sobretudo, uma empresa colonial e desde o início se apresentou com um formato integrado ao aparato estatal. Portanto, torna-se inócuo tentar entender esta Igreja sem ter em conta essa complexa relação com o poder temporal. Do que se conclui que a construção do aparato eclesiástico, o alcance da sua ação, suas fontes de financiamento, sua atuação pastoral e sua legitimação política perante esse mesmo Estado e a sociedade pressupõem um condicionamento original, isto é, sua função como parceira do poder temporal na conformação das novas sociedades que surgem da empresa colonial.

Todavia, a Igreja como instituição católica deve ser compreendida no contexto social em que está inserida e na sua permanente flexibilidade para acomodar-se às conjunturas sociais. Mesmo sem realizar profundas mudanças doutrinárias, essa instituição foi sempre capaz de elaborar narrativas que lhe possibilitaram novas acomodações ao longo do processo histórico. No entanto, para Poulat o catolicismo é um espaço social no qual

1 Romano, Roberto. (1979). *Igreja contra Estado*. São Paulo: Kairos.

existem lutas pelo controle e pela demarcação dos limites possíveis para a divergência². Tais disputas também ocorrem dentro do campo católico e são extremamente importantes nas redefinições da atuação dessa instituição ao longo de diferentes conjunturas. A coesão em torno de um projeto de constituição de uma sociedade cristã não impede as disputas pelos métodos em torno dos quais tal desejo será realizado. É importante saber que existem diferentes maneiras do sentir-se católico e tal assertiva vale para todos os segmentos, estejam eles no comando ou subordinados nas relações de poder estabelecidas no interior da instituição.

Ressalto mais uma vez o fato desta instituição fazer parte de uma estrutura universal e seus rumos estarem subordinados aos das diretrizes oriundas da Santa Sé.

Durante o período colonial, o Padroado e a neocristandade foram fatores essenciais para a compreensão do processo de enraizamento do catolicismo na América Latina. Como já dito, os Reis de Portugal e Espanha gozavam de direitos outorgados em diversas bulas papais. Tais direitos lhes davam o poder para designar as autoridades eclesiásticas, arrecadar dízimos do culto e autorizar publicação de atas pontifícias. Por outro lado, facilitavam a divulgação da religião nos novos territórios e construíam os templos e monastérios, além de zelarem pelo desempenho dos agentes religiosos. Civilização e fé constituíam um mesmo programa.

Todavia, no período pós-independência, a despeito das semelhanças existentes no modelo de Igreja, havia diferenças nas relações entre as duas esferas de poder. Se no Brasil havia interdições para o clero e as ordens religiosas³, na Argentina a acomodação foi mais pacífica pela justaposição de papéis a serem exercidos pelos dois poderes⁴.

No Brasil, a Constituição de 1824 manteve o regime de Padroado e reforçou ainda mais o poder estatal sobre os assuntos eclesiásticos. O paradigma do progresso e a penetração das idéias iluministas aos poucos se tornaram predominantes corroendo as bases do catolicismo até então hegemônico. Como conseqüências temos o fechamento

² Poulat, Emile. (1977). *Eglise contre bourgeoisie: introduction au devenir du catholicisme actuel*. Paris: Casterman.

³ Como foi a chamada Questão Religiosa ocorrida em 1872 na conjuntura do papado de PIO IX que se apresentava como um inimigo da modernidade e conclamava o mundo católico à luta pela conquista do poder que a Igreja havia detido no medievo. A encíclica *Quanta Cura* é o decálogo dos erros da modernidade.

⁴ Zanatta, Loris. (1996). *Del Estado liberal a la nación católica: iglesia y ejército em los Orígenes del peronismo (1930-1943)*. Buenos Aires: Universidade Nacional de Quilmes.

das ordens, a proibição da entrada de religiosos no país e a incorporação do patrimônio das ordens ao tesouro do Estado.

O regime do Padroado terminou por causar um estrangulamento do catolicismo no Brasil, o que levou à falência da estrutura arcaica da Igreja, ao esclerosamento teológico e das estratégias de atuação junto à sociedade civil. A resposta da Igreja foi o ultramontanismo e o início do processo de romanização que marcou as primeiras décadas do século XX.

Na Argentina a crise não tomou estas dimensões porque as lógicas adotadas pelo poder temporal não deixaram de contemplar as reivindicações católicas. As primeiras leis aprovadas pelo Congresso Nacional argentino, em 1853, assentaram as bases da oficialização do catolicismo, o que já estava presente no Congresso de Tucumán, ocorrido em 1816, quando da proclamação da independência.⁵ Somente em 1822, com Bernardino Rivadavia, foi realizada a reforma que interferia nos interesses eclesiásticos com a eliminação das congregações regulares e o confisco dos bens dos mercedários e franciscanos. Por outro lado, o estado se comprometia a sustentar o culto católico e administrar as catedrais. São traços que se assemelham ao caso brasileiro mesmo que as elites políticas argentinas tenham dado o apoio necessário para a expansão da estrutura da igreja. Parecia-lhes que a coesão cultural propiciada pelo catolicismo constituía um bem fundamental para a construção da identidade nacional argentina em uma conjuntura de intensas disputas entre unitários e federalistas, isto é, entre setores sociais ligados à economia portuária e aqueles setores representantes da agricultura e à criação do gado.

Em 1853, em Santa Fé, a Assembléia Geral Nacional forjou a Constituição nacional que, apesar das inúmeras reformas, vige até os dias de hoje. Com forte viés liberal essa Constituição, apesar de garantir a liberdade econômica e estimular a imigração, manteve a regulação sobre as questões religiosas. Tal regulação significou, em síntese, a manutenção das mesmas amarras características do regime de cristandade.

A concomitante consolidação do Estado Nacional na Argentina e no Brasil foi acompanhada da chegada de novas correntes ideológicas que vieram impor outras questões para o catolicismo como religião oficial. Ainda que, na Argentina, o final do século XIX encontre a Igreja com uma política consistente para a formação do seu clero, uma estrutura razoável de seminários, colégios e avançado processo de romanização. A

⁵ Juramentos foram feitos em nome de Deus Nosso Senhor e instavam a conservar e defender a religião católica apostólica romana no território nacional.

partir de 1881, no governo Juan Roca, com a Lei de Registro Civil, a política passa a ter um caráter secular mais acentuado com a exclusão do ensino religioso das escolas públicas e a constituição de uma educação obrigatória e laica. Em 1888 foi instituído o casamento civil. Para os intelectuais da chamada geração de 1880, a Argentina havia se tornado um país moderno onde a Igreja Católica deveria intervir apenas na esfera privada, banindo o atraso representado pelo catolicismo apegado às tradições hispânicas. Mas nem mesmo eles abriram mão da funcionalidade representada pela aliança da instituição eclesiástica com o Estado e, por isso, não sancionaram a separação formal entre Igreja e Estado. Mantiveram as prerrogativas oriundas do regime do Padroado e o culto católico continuou gozando das benesses oriundas da Constituição. A simbiose, marca da conquista, permaneceu até o século XX.

No Brasil, onde a separação formal se constituiu como peça chave no momento da proclamação da República, as relações históricas construídas *a posteriori* foram muito complexas, já que era impossível a retomada dos vínculos rompidos. Fazia-se necessário construir novas pontes e estas foram efetivamente elaboradas pelo Cardeal Sebastião Leme ao longo da década de 1920.

No período da chamada Primeira República, a Igreja viu sua ação restrita à esfera privada, seu poder se deslocou dos centros de poder e decisão. Todavia, por conta dos novos conflitos sociais, se abriam outros espaços para a atuação da instituição religiosa através das pastorais. Ao ser afastada do poder estatal, surgiram outras possibilidades para a constituição da sua estrutura e a centralização necessária à sua institucionalização. Conjugava-se um ativismo voltado para a sociedade civil através de uma vanguarda de intelectuais e que se dispunham a neutralizar a hegemonia do liberalismo e do positivismo.

Contudo, apesar das aparências, as relações da cúpula eclesiástica com o Estado não se modificaram substancialmente. Novas estratégias foram elaboradas para manter velhos privilégios.

Após as duas primeiras décadas do século XX, a instituição se recolocou no espaço público como representante da sociedade civil, não mais atrelada ao Estado, mas, ao lado deste no processo de ordenamento das relações políticas e sociais surgidas da revolução de 1930. Através do ativismo instaurado pela Ação Católica, que no processo constituinte é defendida pela Liga Eleitoral Católica, a representação católica se consolidou com a Constituição de 1934, e, ao longo das décadas subseqüentes, se expressou de diferentes

formas. Após 1945, com o fim do governo Vargas, a Igreja modifica sua narrativa e passa a se apresentar como aliada da democracia liberal. A Igreja agora se mostra como opositora de Vargas, com quem ela havia firmado vários pactos que propiciaram o seu retorno ao espaço público, como o ensino religioso nas escolas públicas, a participação no tratamento das questões trabalhistas e nas relações exteriores do Brasil com o restante do mundo. Ao longo dos anos de 1950 e 1960 a realidade interna da instituição será marcada pela busca de hegemonia sobre os novos movimentos sociais nascidos da presença das massas trabalhadoras como novos atores políticos e com o crescimento dos partidos de esquerda, tanto trabalhistas quanto comunistas. O importante a ser assinalado é que essa Igreja nesses anos se projeta como parte da sociedade civil e interpela o Estado como tal.

Todavia, a presença do componente católico na sociedade brasileira, como religião efetivamente hegemônica e que não aceita as disputas que começam a ser travadas com outras denominações religiosas, faz com que, de fato, a fala autorizada da instituição tenha sobre o poder político um efeito paralisante. A excomunhão era um estigma e aqueles que assim se tornassem dificilmente conseguiriam se eleger para qualquer cargo político. Toda a crônica política da época testemunha tal fenômeno que, a meu ver, exprime a força da autoridade católica como algo fortemente arraigado na cultura política brasileira.

Em termos gerais, pode-se afirmar que, a exemplo de outras igrejas latino-americanas, a instituição no Brasil utilizou o modelo de cristandade como base de sustentação da sua estratégia de se colocar novamente na cena política e na busca de uma terceira via através da qual a salvação em Cristo fosse possível⁶. A experiência da Ação Católica iniciada em 1932 foi fundamental para o desabrochar desta Igreja que convocava o laicato para a militância política e social⁷.

Na Argentina o processo não foi diferente. Com um corpo eclesiástico radicalmente antiliberal, se manteve próximo da Cúria romana e, também, na busca de uma terceira via que salvasse o país do liberalismo e do anarquismo. Nessa perspectiva, o catolicismo integral conseguiu impor sua hegemonia no seio do catolicismo e consolidar a mística da

⁶ Sousa, Jessie Jane Vieira de. (2002). *Círculos Operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.

⁷ Mallimaci, Fortunato. (1988). *El catolicismo integral en la Argentina (1930-1946)*. Buenos Aires: Editorial Biblos.

‘nação católica’. Para tanto, os ativismos católicos, também oriundos da Ação Católica ali fundada em 1931, foram fundamentais para a construção de uma rede de organizações católicas que, como propunha Pio X, visavam “restaurar tudo em Cristo”. Nesse sentido também era necessário fazer a clericalização do mundo católico e impor disciplina e a ortodoxia romana.⁸

Na história da Igreja Argentina o período que vai de 1899 a 1934 se estabelece como aquele da sua afirmação⁹. Em 1899 ocorre o Concílio dos bispos latino-americanos em Roma onde serão definidas as políticas eclesiais que impulsionarão as reformas necessárias ao revigoramento da Igreja no continente. E 1934 é o ano da realização do XXII Congresso Eucarístico argentino, saudado como a maior manifestação católica ocorrida no país e como expressão do profundo sentimento religioso dos argentinos. Estavam construídas as bases para as narrativas legitimadoras de um catolicismo de reconquista, autocrático e clerical ao invés de um catolicismo que buscasse dialogar com a modernidade. Ao longo do século XX este será o eixo em torno do qual a instituição se organizará e contra o que pretenderam os movimentos surgidos da renovação oriunda dos movimentos católicos nos anos de 1950 e 1960.

Este percurso, que pode ser caracterizado como busca de uma aliança com o Estado pelo ordenamento da sociedade, é, em linhas gerais, o mesmo percorrido pela Igreja no Brasil. Mas, como bem assinala Roberto Romano, esta estratégia não significou submissão ao poder secular, porque, como instituição transcendente, a sua estratégia é permanentemente a salvação e a construção da cidade de Deus.

A crise vivida ao longo do segundo mandato de Juan Domingo Perón e que redundou na crise que levou à coesão necessária ao golpe de 1955¹⁰ colocou em questão a estratégia assumida pela Igreja. Aquele Estado que até então lhe parecia subserviente aos seus desígnios começava a se transformar. Estava pela primeira vez em causa a essência da secularização do Estado argentino. Naquela conjuntura a Igreja se alia àqueles setores políticos que até então eram seus maiores inimigos e juntos marcham

⁸ Política contra o modernismo, organizada sob o papado de Pio X, reforçada com a sanção do Código de Direito Canônico durante o reinado de Benedito XV e com a fundação da Ação Católica com Pio XI.

⁹ Di Stefano, Roberto; Zanatta. (2000). *Historia de la Iglesia Argentina. Desde la conquista hasta fines del siglo XX*. Buenos Aires: Grijalbo S.A. p. 354.

¹⁰ Os aviões da Marinha argentina que, em junho de 1955, bombardearam uma manifestação peronista que estava ocorrendo na Praça de Maio traziam faixas com a legenda “Cristo Vence”. Logo após o bombardeio a multidão peronista saiu às ruas incendiando a Igreja e a Catedral. Esse último fato se constituiu na memória que alimenta o sentimento antiperonista até os dias atuais. Na historiografia argentina existe um silêncio, quebrado por poucas pesquisas sobre o bombardeio.

pelas ruas de Buenos Aires sob a bandeira de Cristo Rei. Em 1953, Monsenhor Gustavo Franceschi, diretor da prestigiosa Revista *Críterio*, já definia a democracia como “baseada no direito natural e fundada nos princípios da caridade, justiça e liberdade ensinada por Cristo e sua Igreja”.¹¹

O desdobramento da crise política na Argentina se prolongou pelas décadas subsequentes como resultado do banimento do peronismo da vida política e ao longo das quais o protagonismo da Igreja se apresentou de forma cada vez mais explícita.

As décadas de 1950 e 1960 são fundamentais para que possamos compreender as permanências vividas pela instituição católica na Argentina que, apesar das profundas mudanças políticas e culturais ocorridas no mundo ocidental, se manteve apegada aos princípios definidos pelo Concílio Vaticano I, ocorrido no final do século XIX.

Todavia, no interior dessa Igreja surgem os germes do processo de renovação que levaria a novas acomodações. É interessante frisar que os movimentos essenciais nesse processo foram exatamente aqueles surgidos da Ação Católica, entidade criada nos anos de 1930, exatamente para catolicizar a sociedade que, segundo os católicos, estava minada pelas ideologias surgidas da modernidade.

No Brasil as décadas de 1950 e 1960 foram marcadas pelo êxodo rural causado pela industrialização e pela conseqüente urbanização. No campo religioso o catolicismo se viu às voltas com grandes problemas, desde a queda nas vocações sacerdotais, a perda de padres, o crescimento do protestantismo, do espiritismo e dos cultos afro-brasileiros. Nesta conjuntura a presença do catolicismo perdeu o monopólio do sagrado no espaço urbano e enfraqueceu as tradicionais acomodações construídas a partir do modelo de cristandade que tinha como centralidade o discurso sobre a tradicional “catolicidade do povo brasileiro”. Fazia-se necessário multiplicar os esforços para reverter esta situação de estagnação e estes esforços se concentraram nas iniciativas educacionais, na organização dos camponeses, particularmente no nordeste, e da classe operária. Tais iniciativas substituíam a tradicional caridade católica por um engajamento que propunha uma mudança nas estruturas sociais. Mais uma vez a militância construída a partir das estruturas da Ação Católica foi acionada e a fundação da Conferência Nacional dos Bispos foi peça fundamental na consolidação das novas iniciativas que levam a Igreja

¹¹ Franceschi, Gustavo. (1953). *Revista Críterio*, ano XXV. n. 1.179, p.17.

novamente ao centro da ação política nacional. Foi emblemática a nomeação do bispo auxiliar D. Helder Câmara para presidir a nova entidade que vinha para unificar e articular os trabalhos até então dispersos pelo país. A liderança coube aos bispos nordestinos que se opunham às Ligas Camponesas, organizações que começavam a se estruturar sob as lideranças de comunistas e/ou trabalhistas¹².

A estrutura da CNBB foi concebida a partir do desenho da Ação Católica Brasileira e, para consolidar a nova entidade, os bispos se organizaram através das Semanas Nacionais da Ação Católica, sendo que seus Departamentos Nacionais, que coordenavam várias áreas pastorais foram paradigmáticas para a construção dos Secretariados Nacionais da CNBB que, por sua vez, seguiam o modelo das Regionais da ACB. Enfim, ao seguir o modelo da Ação Católica, a nova entidade baseava-se na interação entre o apostolado e os militantes católicos e isso levou à existência de uma grande sintonia do alto clero com as questões sociais. Com alta participação nas Assembléias Nacionais de assessores leigos, este desenho foi mantido até os anos de 1980, quando a Igreja mundial começou a viver novo período de romanização com o decrescente poder das Conferências Episcopais.

Na Argentina, a Conferência dos Bispos, entidade criada no mesmo período, não abrigou o laicato da mesma maneira, e a nomeação de cardeais e arcebispos para a sua secretaria geral é indicativa do alto grau de hierarquização sob a qual a entidade foi estruturada. Ali a verticalização entre os bispos e os fiéis expressou uma relação mais distante dos problemas sociais do que do poder político. Diferente do Brasil, o engajamento nas redes organizacionais de base não teve dimensões nacionais.¹³

Para alguns estudiosos da história da igreja no Brasil as mudanças ocorridas a partir da fundação da CNBB sinalizaram uma clara ruptura com o *modus operandi* utilizado até então utilizado e a priorização das questões relativas à ética política, em detrimento das questões doutrinária e litúrgicas¹⁴.

¹² Esta política eclesial foi legitimada pelo papa João XXIII através das encíclicas *Mater et Magistra*, de 1961, e *Pacen in Terris*, de 1963. Nessas encíclicas o papa se dirigia às nações subdesenvolvidas e chamava a atenção para a questão agrária.

¹³ Na Argentina apenas alguns bispos tiveram envolvimento com os movimentos sociais e estes foram assassinados no período do chamado El Proceso.

¹⁴ Bruneau, Thomas. (1974). *O catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Editora Loyola.

A atuação da entidade baseada em um Plano de Emergência elaborado em 1962, e no Plano de Conjunto, em 1965, foi o ponto de partida para a nova inserção católica na sociedade e respondia ao apelo do papa João XXII para que os bispos desenhassem um planejamento pastoral integral e contínuo que pudesse renovar as estruturas paroquiais adaptando a Igreja no Brasil às conclusões do Concílio Vaticano II. Nos anos de 1970 as Comunidades Eclesiais de Base deram grande impulso ao ativismo católico que veio constituir um dos elementos fundamentais na formação do Partido dos Trabalhadores ocorrida no final da década. Pela primeira vez, setores significativos do mundo católico, inclusive com a participação expressa de padres e bispos, assumiam a responsabilidade de organizar um partido político, o que nos anos de 1950 havia sido rejeitado com a proposta de criação do Partido Democrata Cristão.

Ao longo do período ditatorial (1964-1982) a relação da hierarquia da Igreja no Brasil com o poder temporal foi complexa. De um declarado apoio a uma relação de desconfiança e, para alguns bispos, de aberta oposição. Contudo, ao longo do período a militância social dos católicos se concentrou na defesa dos direitos econômicos e sociais das camadas mais pobres da população, com crescente engajamento na defesa dos direitos humanos. A relação de ambiguidade do episcopado brasileiro em relação ao governo ditatorial pode ser analisada através da aliança tripartite organizada por bispos e militares para evitar que houvesse um rompimento da instituição com o poder secular em fase da repressão que muitas vezes se abateu sobre membros da Igreja. Diferente da Argentina, a repressão no Brasil não chegou aos bispos, ainda que alguns dos mais ativos deles tenham sofrido constrangimentos pela prisão e tortura de seus agentes pastorais ou padres ou por campanhas difamatórias organizadas pelos órgãos de repressão e com apoio da grande imprensa¹⁵.

No entanto, creio que esse período merece uma atenção especial dos pesquisadores, porque talvez o ponto central da reação da igreja em relação aos militares tenha sido o forte viés positivista impregnado nas Forças Armadas do Brasil e, para radicalizar ainda mais o estranhamento, a posse de um presidente-ditador protestante. Nunca é demais lembrar que foi nesse período que o Brasil aprovou a sua primeira lei de divorcio e o financiamento público à educação privada se estendeu àquelas fundações

¹⁵ D. Helder, bispo de Olinda, e D. Pedro Casaldaglia, bispo de São Felix do Araguaia, foram os mais visados.

que não eram necessariamente confeccionais. Trabalho com a hipótese de que este tenha sido o principal problema na relação da igreja com o poder secular ao longo do período.

Ao longo da década de 1980, com a nova centralização romana, houve uma forte contração da presença da igreja na cena política, muito embora a sua ação pastoral tenha permanecido no campo social. Todavia, apesar de concluída a sua estrutura, esta Igreja continua atuando como se fiadora fosse da ordem social e não se furta em se manifestar sobre todas as questões relativas a família, casamento, reprodução e problemas científicos transformados em ortodoxia. Enfim, é uma Igreja que se renovou mantendo a sua tradição de permanente atuação junto ao poder temporal para, de uma forma ou de outra, cristianizar a sociedade.

Na Argentina, as décadas de 1950 e de 1960 foram marcadas por imensa instabilidade política, quando a Igreja permaneceu reproduzindo o modelo da cristandade ao estreitar seus vínculos com o poder temporal. A criação da Conferencia Episcopal Argentina, em 1955, não modificou as relações estabelecidas entre as bases católicas e os prelados, mas foi útil para o entrosamento das ações pastorais da hierarquia. Contudo, este novo controle não conseguiu barrar o crescimento de um forte movimento de renovação que começou a se expandir no seio da Igreja que, mesmo aliada dos militares, teve que enfrentar uma crise sem precedentes. Com estes questionamentos foi surgindo uma renovação pastoral que também estava influenciada pelo papa João XXIII e pelo Concílio Vaticano II, elemento canalizador das divergências há muito existentes no interior da Igreja. As expectativas em torno da realização do Concílio eram diversas: para os conservadores significava uma nova romanização e, para os renovadores, organizados em torno dos Sacerdotes para o Terceiro Mundo, significava um novo *aggiornamento*. Tais divergências se agudizaram diante da conjuntura política em que o país estava submerso, levando inúmeros militantes católicos e padres à morte, como é o caso do padre Mujica, em 1974.

A partir de 1976, com o chamado *El Proceso*, as contradições chegam ao limite com o apoio da hierarquia católica à política de genocídio empreendida pelos militares que novamente voltam ao poder. Para Martin Obregon¹⁶ as razões deste apoio se deveram a questões estruturais, isto é, a afinidade ideológica da Igreja Católica Argentina com as Forças Armadas e que foi construída nas primeiras décadas do século XX a partir da

¹⁶ Obregon, Martín. (2005). *Entre la cruz y la espada - La Iglesia católica durante los primeros años del "Proceso"*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes.

identificação entre nacionalidade e catolicismo. Além da tradicional relação conflituosa que a Igreja manteve com a democracia política tida como uma ameaça radical às hierarquias naturais da sociedade e como uma das vias para a penetração de ideologias estranhas à nacionalidade. Somava-se a essas questões estruturais o processo de radicalização política e social que naquela conjuntura alcançou níveis nunca antes vistos, ao questionar as estruturas da sociedade argentina. Nesse contexto a aliança com o poder temporal tinha como pressuposto a restauração dos:

“(...) valores morales e espirituales del pueblo argentino, algo incorporado à cultura católica. Por outro lado, não podemos subestimar o fato de que a crise também estava presente dentro do aparelho eclesiástico com a quebra da hierarquia e uma crescente radicalização de parte considerável da militância católica. O aparato eclesiástico argentino, como grande parte do episcopado latino-americano, diante dessa crise, se inclinava para uma solução autoritária. E se aliava aos setores golpistas visando garantir seus privilégios e, ao mesmo tempo, utilizar os mecanismos do Estado para disciplinar seu campo internamente”.¹⁷

Todavia, como no Brasil, não foram todos os membros do episcopado que apoiaram o *Proceso de Reorganización Nacional*. Existiram diferentes posições frente ao golpe de Estado ocorrido em 24 de março de 1976, porque eram muitas as divisões existentes no seu interior. Mas o setor mais próximo dos militares era hegemônico e terminou por impor a sua posição frente ao campo católico. Para esse setor, impregnado por concepções pré-conciliares e liderado pelos Cardeais Aramburu e Primatesta o essencial era manter a unidade da Igreja, nem que para isto fossem necessárias ações duras no enfrentamento com aqueles considerados desviantes dentro da Conferência Episcopal Argentina. Estes últimos, que se opuseram imediatamente ao golpe, eram minoria, mas foram capazes de nos anos anteriores implementar junto aos seus seguidores as reformas propostas pelo Concílio Vaticano II e pela Conferência Latino-Americano de Medellín. A metodologia repressiva empregada pelos militares alcançou, de forma sem precedente, diferentes setores da Igreja com o assassinato de bispos, padres e leigos e terminou por criar, em alguns momentos, tensão nas relações da CEA com a Junta Militar.

Entre desafiar os militares denunciando os crimes contra os direitos humanos e manter sua aliança com o poder temporal que ao longo do tempo sempre lhe garantiu privilégios, a Igreja argentina optou pela tradição e se manteve, como instituição, surda

¹⁷ Ibidem.

aos reclamos dos milhares de famílias que dia-a-dia recorriam à sua ajuda nas sacristias do país, nelas muitas vezes encontrando homens comprometidos com o cotidiano da repressão¹⁸. Após o fim da ditadura o enfrentamento da Igreja com o governo de Raul Alfonsín ocorreu em torno da questão do divórcio, um problema vivido nos anos do último governo de Juan Domingo Perón, e pela primeira vez o resultado foi a derrota dos católicos. As políticas conservadoras emanadas de Roma que marcaram o novo processo de romanização a partir dos anos de 1980 encontraram a Igreja argentina em meio a denúncias relativas a violações de direitos humanos e frente a novos desafios para que fosse possível se renovar sem perder de perspectiva a necessidade de manter suas alianças com o poder temporal para preservar seu estoque de poder junto à sociedade cada vez mais laicizada.

Conclusão

De modo geral podemos afirmar que, a despeito da afirmação de muitos estudiosos, não existiram diferenças essenciais entre o fazer histórico da Igreja Católica na Argentina e no Brasil, porque como parte de uma mesma instituição elas são portadoras de verdades permanentes e se colocaram ao longo do tempo a partir dessa perspectiva. Se suas estratégias se diferenciaram em determinadas conjunturas, não significou que tenham sido opostas. Mantiveram continuamente suas alianças com os centros de poder secular com vistas aos princípios da velha cristandade. Tal afirmativa também pode se estender aos setores renovadores que travaram grandes lutas com as hierarquias, porque estes setores também queriam manter o poder sobre a sociedade e, para tanto, entendiam que eram necessárias mudanças profundas no agir católico.

No caso do Brasil, o caminho seguido pela instituição lhe permitiu refazer a trajetória com imensa plasticidade por conta da sua estratégia de cerco ao Estado via sociedade civil. Ela manteve ao longo do tempo seu imenso estoque de poder junto ao Estado sem, contudo, se confundir com este. Tal estratégia lhe permitiu sair das conjunturas mais adversas sempre com um discurso que mantivesse sua posição aparentemente apolítica e, ao mesmo tempo, aliada dos setores vencedores.

¹⁸ Mignone, Emilio. (2006). *Iglesia y dictadura - el papel de la Iglesia a la luz de sus relaciones con el regime militar*. 2ª ed. Buenos Aires: Ediciones del Pensamiento Nacional; Verbitsky, Haracio. (2006). *El vuelo*. 1ª ed. Buenos Aires: La Página.

No caso argentino, a estratégia escolhida de se estruturar por dentro do Estado terminou por fragilizar a instituição, porque, ao não compreender os processos históricos vividos por aquela sociedade, manteve-se fechada em sua cidadela e, como consequência, perdeu a batalha pela opinião pública que passou a considerá-la apenas como aliada dos poderes temporais e alheia aos setores que, de uma forma ou de outra, sofreram a ação destes poderes. Ao final tornou-se uma Igreja que necessita se reinventar para refazer sua biografia, como fez a Igreja brasileira.

Donde se conclui a importância de compreender o caráter integrado do catolicismo na América Latina e, nesse sentido, não é possível analisar a Igreja Católica sem sua aliança com o poder temporal. Historicamente estes vínculos sempre estiveram justapostos. Por outro lado, faz-se necessário analisar tal instituição no contexto social em que se insere devido a sua vocação para ditar as pautas comportamentais de amplos segmentos sociais.

Para ser permanente, necessita de uma atenção muito fina para com os processos sociais, econômicos e, sobretudo, culturais presentes na sociedade. Aí se encontra o fetiche da sua dominação, porque, sem lançar mão da sua ortodoxia, foi capaz de se adaptar às conjunturas elaborando discursos e práticas que lhe permitiram disputar o controle do consenso e os limites dos dissensos no espaço social. Foi esta sabedoria que faltou à Igreja argentina e reforçou a brasileira.